



Expresso

03-02-2018

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 131300

Temática: Justiça

Dimensão: 5843 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 3/6 a 8

JUSTIÇA

**Rangel
recebia
subornos mas
enganava
corruptores**

PS questiona motivações do Ministério Público no caso Centeno. Carlos César fala em "absurdo e desproporcionalidade"

**FCP colabora
com a Justiça
no caso
Benfica**

P6a8

OPERAÇÃO LEX

Justiça Rui Rangel terá recebido entre 300 a 400 mil euros para influenciar casos que não eram seus. Nenhum juiz se queixou de ter sido abordado pelo colega

Juiz recebia subornos mas enganava corruptores

PJ suspeita que juiz vendia “banha da cobra”

RUI GUSTAVO, HUGO FRANCO e PEDRO CANDEIAS

Não foi contactada pelo Rui Rangel porque não temos qualquer tipo de relação e não falo com ele há uns três anos. Não me abordou e obviamente não me tentou influenciar para nada.”

A garantia é de Paula Sá Fernandes, juíza-desembargadora da Relação de Lisboa e relatora de um processo visado na ‘Operação Lex’, uma investigação da Polícia Judiciária e do Ministério Público que tem como principal suspeito Rui Rangel, também desembargador da Relação de Lisboa. Segundo os indícios recolhidos pelos investigadores da unidade anticorrupção da PJ, Rangel teria recebido dinheiro de José Veiga para “influenciar” um processo que opunha Pedro Sousa ao Sporting, clube para o qual trabalhou como assessor durante a presidência de Godinho Lopes, depois de sair da Rádio Renascença.

Contactado pelo Expresso, Pedro Sousa, que é amigo de José Veiga há 30 anos, garante que “não” pediu “nada a ninguém”, “nem ninguém” lhe “prometeu ou ofereceu alguma coisa”. O diferendo acabou com “um acordo com o Sporting”. O objetivo de Veiga seria conseguir uma sentença favorável a Sousa, mas a decisão foi contrária. Paula Sá Fernandes interdiu o recurso do ex-jornalista — que pretendia uma indemnização de 400 mil euros — e deu-lhe o previsto na lei, cerca de 38 mil euros.

Rui Rangel não teve qualquer interferência na decisão. O que não significa que não tenha cometido um crime, porque se fica “provado que aceitou dinheiro com a promessa de influenciar decisões de colegas pode ser condenado em tribunal, no mínimo, por tráfico de influências. O Expresso sabe que Paula Sá Fernandes não foi ouvida pelos inspetores da PJ e não reportou qualquer tentativa de abordagem de Rangel aos responsáveis da Relação de Lisboa.

O outro processo sob investigação envolve o próprio José Veiga, que tinha sido condenado com Rui Meireles e Luís Duque, ex-dirigentes do Sporting, e João Vieira Pinto, num processo de evasão e fraude fiscal. No recurso, apreciado na Relação, o desembargador Rui Gonçalves manteve apenas a condenação do antigo jogador.

Uma fonte da Relação garante que Rui Gonçalves não reportou qualquer tentativa de interferência, que seria “impossível” porque Rangel não tem qualquer relação com este desembargador, descrito como alguém com “uma personalidade muito própria, vencedora”. O Expresso tentou, sem sucesso, contactar este juiz.

Uma fonte judicial que participou nas buscas desta terça-feira da ‘Operação Lex’ — que fez até ao momento 13 arguidos, entre eles Rangel, a desembargadora Fátima Galante (sua ex-mulher), o presidente do Benfica, Luís Filipe Vieira, o seu vice, Fernando Tavares, bem como três advogados e um oficial de justiça da Relação — garante que o juiz fazia promessas que não podia nem pretendia cumprir para apressar ou influenciar processos, muitos deles em tribunais fora da sua esfera de influência. O que não invalidava que recebesse dinheiro, entre 300 a 400 mil euros. “Suspeitamos que fazia aquilo a que se chama venda da banha da cobra”, diz esta fonte ao Expresso, que garante não haver qualquer “rede de influências” no seio da magistratura a soldo do desembargador. Rangel e Galante foram suspensos pelo Conselho Superior da Magistratura.

Vieira prometeu lugar na direção

De acordo com os mandados de busca apresentados aos arguidos e divulgados em primeira mão pela SIC, Rui Rangel é igualmente suspeito de ter “mercadejado” a sua influência junto de Luís Filipe Vieira, através do advogado Jorge Barroso, que também é arguido. O presidente do Benfica terá oferecido “um futuro posto na direção do Benfica ou na universidade que o clube projeta instalar no Seixal”. Em troca, Rangel terá prometido agilizar um processo que opõe “Luís Filipe Vieira e outros” ao fisco num caso que corre desde 2013 no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra. Tiago Vieira, filho do presidente do Benfica, já explicou que o caso em questão envolve o pagamento de 1,6 milhões de euros de impostos. Houve duas juízas que tiveram contacto com o processo — Célia Coutinho e Isabel Fernandes — e o Expresso sabe que ambas garantiram não ter sido contactadas e muito menos influenciadas por Rui Rangel. O processo continua no



Rui Rangel está indiciado por corrupção e é suspeito de “mercadejar” influência que afinal não existia. Já está suspenso de funções

gabinete da juíza Fernandes “à espera de vez”. Vieira garantiu estar “de consciência tranquila” porque “não” cometeu “qualquer ilícito”.

Rui Rangel viu-se do lado errado da lei quando a PJ, no âmbito do caso ‘Rota do Atlântico’, encontrou recibos de depósitos e transferências em seu nome numa busca realizada ao escritório do advogado Santos Martins, amigo de longa data do juiz. A polícia descobriu várias transferências em nome de Rangel, sempre inferiores a dez mil euros, para não terem de ser comunicadas às autoridades. O dinheiro seria depositado por José Veiga numa conta de Santos Martins, passava por outra conta do filho do advogado, e era depois transferido para Rangel. De acordo com a “Visão”, até o seguro de um carro de Rui Rangel estava no nome de Santos Martins. O juiz Carlos Alexandre decidiu então extrair uma certidão do caso porque estava em causa um desembargador, que só poderia ser investigado no Supremo Tribunal de Justiça.

Quando foram interrogados pelo juiz, os dois principais arguidos da ‘Operação Rota do Atlântico’ confirmaram as suspeitas contra Rangel. “Era acelerar os processos, através de conhecimentos”, disse Paulo Santana Lopes, apunhado numa vigilância da PJ num encontro com Veiga e Rangel. “O senhor Veiga não foi pedir a intervenção de Rangel, já o tinha feito antes. Naquele encontro o senhor Veiga foi pedir o ponto da situação”. No mesmo interrogatório citado esta semana na “Sábado”, José Veiga admitiu os contactos com Rangel: “Eu já o conheço. Ele (Rangel) fala e depois nada”.

As operações policiais desta semana levaram à detenção de cinco dos treze arguidos, que foram já ouvidos pelo juiz de instrução Pires da Graça, no Supremo Tribunal de Justiça. Um deles é Otávio Correia, oficial de justiça que trabalha na mesma secção do Tribunal da Relação de Lisboa e é igualmente um fervoroso benfiquista, e que alegadamente servia de intermediário para angariar clientes para Rangel. Uma missão semelhante à do advogado João Rodrigues, ex-presidente da Federação Portuguesa de Futebol, e também constituído arguido mal aterrou em Lisboa num voo proveniente de Angola, país onde a sua rede de contactos se estende até ao empresário luso-angolano Álvaro Sobrinho.

Suspeita-se ainda que outros arguidos, como é o caso de duas das três ex-companheiras de Rangel, escondiam nas contas bancárias milhares de euros angariados por Rangel. O juiz-desembargador, que vai ser inquirido na próxima semana, terá muito para explicar no Supremo, nomeadamente porque tinha escondido numa arrecadação do pagamento 10 mil euros em notas de 500.

rgustavo@expresso.imprensa.pt

Os casos de Luís Filipe Vieira investigados pela Justiça

VOUCHERS

Em outubro de 2016, a PJ volta ao Estádio da Luz, desta vez para recolher elementos sobre as prendas que o Benfica entregava às equipas de arbitragem dos seus jogos: kits Eusebio e vouchers de refeição. A investigação iniciou-se após uma denúncia feita em 2015 pelo presidente do Sporting, Bruno de Carvalho, sobre os vouchers que o Benfica dava aos árbitros para refeições, além de camisolas do clube. O Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Futebol também avaliou a denúncia, mas arquivou o caso. O Sporting recorreu, mas o Tribunal Arbitral do Desporto não lhe deu razão. Os elementos recolhidos pela PJ continuam sob análise em articulação com outras investigações.

PORTA 18

A Polícia Judiciária fez buscas no Estádio da Luz em agosto de 2015, no âmbito da operação ‘Porta 18’. No mês anterior as autoridades tinham detido José Carrico, que chegou a ser diretor do Departamento de Apoio aos Jogadores do Benfica e que foi motorista de Luís Filipe Vieira, por transportar 9,5 quilos de cocaína num veículo do Benfica. Durante vários meses a Polícia Judiciária detetou a entrada e saída de cidadãos colombianos pela Porta 18 do Estádio da Luz — daí o nome da operação. O diretor de comunicação do Benfica, João Gabriel, imediatamente assegurou que este era apenas um problema de justiça de José Carrico. “Nada a ver com o Benfica”, afirmou.

E-MAILS

Em outubro de 2017 a PJ regressou à Luz. As buscas serviram para recolher provas no âmbito de uma investigação sobre os e-mails do Benfica e uma alegada rede de influência do clube junto de figuras da Liga de Clubes e da arbitragem, denunciada pelo diretor de comunicação do Futebol Clube do Porto, Francisco J. Marques. A Procuradoria-Geral da República confirmou as buscas na Luz, indicando que as investigações se baseavam em suspeitas de corrupção passiva e ativa. O Benfica disse encerrar “com a maior normalidade” as buscas da PJ, comentando que pecaram “por tardias”. O clube mostrou-se disponível para fornecer toda a informação para “um cabal esclarecimento da situação”.



BPN

É um processo antigo, cuja investigação começou em 2009. A revista "Sábado" revelou em maio do ano passado que Luís Filipe Vieira foi constituído arguido na investigação do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) e da PJ sobre alegados crimes de burla qualificada, falsificação e branqueamento de capitais que terão causado um prejuízo de pelo menos 23 milhões de euros ao antigo Banco Português de Negócios (BPN). Vieira respondeu à "Sábado" que "tudo foi devidamente esclarecido há três anos", quando foi questionado no âmbito deste processo. Em causa está um empréstimo do BPN à Inland, empresa de Vieira, e um negócio com um grupo espanhol.

LEX

A "Operação Lex" é a mais recente: incluiu buscas da Polícia Judiciária no Estádio da Luz, na casa de Luís Filipe Vieira (entretanto constituído arguido), e na casa e escritório do juiz Rui Rangel, realizadas terça-feira no âmbito de uma investigação sobre tráfico de influência, corrupção e branqueamento de capitais. Em causa estão suspeitas de que Rangel tenha vendido favores a Luís Filipe Vieira na resolução de litígios em tribunal, nomeadamente uma impugnação de IRS que Vieira apresentou em 2013 no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra. O processo arrasta-se há quase cinco anos. Vieira pagou o imposto reclamado pelo fisco (1,6 milhões de euros) mas reclama a devolução.

Vieira entrega empresa ao Fisco

Ações de empresa do presidente do Benfica servem de garantia noutra conflito de €2 milhões com a Autoridade Tributária

Luís Filipe Vieira entregou no ano passado à Autoridade Tributária (AT) as ações de uma das suas empresas como garantia para a resolução de um litígio relativo à Inland, empresa de projetos imobiliários do presidente do Benfica. O caso não está ligado à "Operação Lex", mas o valor em causa ultrapassa o do processo fiscal de Vieira que o Ministério Público está a investigar.

Segundo o Expresso apurou, as ações dadas como garantia são de uma empresa fora do universo empresarial da Inland e estão avaliadas em mais de 2 milhões de euros, de forma a cobrir o valor em disputa com a Autoridade Tributária (AT).

O litígio já levou à criação de um tribunal arbitral, conforme o Expresso revelou segunda-feira. O processo parte de uma divergência entre a Inland e a AT relativa ao IRC de 2012. Em 2016 a Direção de Finanças de Lisboa promoveu uma inspeção à Inland sobre os rendimentos de 2012, por ter dúvidas sobre o reporte de menos-valias da empresa com a venda do projeto turístico de Benagill, no Algarve. Benagill era um dos maiores empreendimentos da empresa, com um investimento de 220 milhões de euros. O projeto passou para um gerido pelo Novo Banco e está ainda por construir.

A inspeção tributária levou a AT a concluir que a Inland deveria em 2012 ter pagado mais 2 milhões de euros em IRC do que efetivamente pagou, mas a empresa discordou e impugnou judicialmente a cobrança. Ao avançar para tribunal, a Inland teve de prestar uma garantia à AT. A solução recaiu na entrega das ações de outra empresa controlada por Luís Filipe Vieira, que o Expresso não conseguiu identificar.

A Inland confirma a existência de uma divergência, sem entrar em pormenores. "Os processos de fiscalização da AT que apresentam divergências de entendimentos, como acontece com a generalidade dos grupos empresariais, são confiados à Justiça portuguesa", declarou a Inland. "Reafirmamos que temos um historial de cumprimento escrupuloso e absoluto das nossas obrigações fiscais", acrescentou a empresa.

O Expresso sabe que a AT está a passar a pente fino as contas e documentos da empresa. Desde o ano passado que o fisco tem visitado com regularidade os escritórios da Promovalor. A empresa imobiliária, que durante anos teve a sua sede no Parque das Nações, em Lisboa, está instalada desde fevereiro de 2017 num espaço discreto em Santo António dos Cavaleiros (Loures). E foi nesta nova localização que a Polícia Judiciária visitou esta semana a empresa, para levar uma cópia dos seus discos rígidos.

A Promovalor chegou a ser um dos maiores promotores imobiliários nacionais, mas está em falência técnica. Em 2015 tinha um passivo de 278 milhões de euros e capitais próprios negativos de 161 milhões. No final de 2017 a empresa avançou com uma reestruturação, entregando alguns ativos (incluindo um hotel Sheraton no Brasil) a um fundo da sociedade de capital de risco Capital Criativo, que é presidida por Nuno Gaioso Ribeiro, que também integra a administração do Benfica.

MIGUEL PRADO
mprado@expresso.imprensa.pt

JUSTIÇA

FC Porto colabora na investigação ao Benfica

Os portistas pediram para ser assistentes no processo que envolve os encarnados

PEDRO CANDEIAS, HUGO FRANCO e RUI GUSTAVO

23 de junho de 2017 foi um dia de coincidências. Começou com Gilberto Madafi a pedir ao "DN" uma investigação irrepressível ao futebol português e prosseguiu com o FC Porto a entregar à Polícia Judiciária (PJ) um número assinalável de gigas de informação "em suportes originais". O 23 de junho teve ainda a particularidade de ter sido o dia em que a Federação Portuguesa de Futebol (FPF) enviou todas as classificações dos árbitros desde 2011 à Procuradoria-Geral da República (PGR). Tudo isto foi tornado público antes da hora de almoço e tudo isto estava ligado ao "caso dos e-mails". Madafi dizia-se preocupado com o conteúdo dos e-mails, o FC Porto passou o conteúdo dos e-mails à PJ, e o conteúdo dos e-mails estavam notas de árbitros que a FPF endereçou à PJ.

Foi mais ou menos neste momento que o FC Porto requereu tornar-se assistente neste processo, pedido esse que lhe foi então garantido. Agora, sabe o Expresso, esse direito estendeu-se às três investigações à volta do Benfica que o Ministério Pú-

blico decidiu concentrar numa espécie de superprocesso: os e-mails, os vouchers de alimentação aos árbitros e os kits Eusebio, e o(s) jogo(s) do Benfica em que os adversários terão sido corrompidos para facilitarem.

A partida, um assistente de processos judiciais tem acesso aos mesmos, exceto em casos em que vigore o segredo de Justiça interno — e este é um desses casos. Ou seja, o FC Porto está impedido de ler o inquérito até à sua conclusão, o que levará um tempo nunca inferior a oito meses, por se tratar de uma investigação com características excecionais, onde se apuram factos relacionados com indícios de eventuais atos de corrupção desportiva passiva e ativa levados a cabo pelo Benfica.

Mas, uma vez findos esses oito meses, o Ministério Público pode ampliar esse período pelo tempo indispensável até à conclusão do mesmo — na prática, é possível que o segredo de Justiça interno se estenda indefinidamente, tal como aconteceu na 'Operação Marquês'. Por outro lado, o FC Porto terá o poder de intervir junto do Ministério Público, apresentando provas ou requerendo que sejam produzidas provas: um exemplo pode ser indicar um local 'X' que pos-

sa ser alvo de buscas ou então verificar uma conta bancária 'Y'.

A investigação

Nas últimas semanas, o Expresso tem contactado diversos agentes desportivos (jogadores, treinadores, empresários) para tentar apurar qual a dimensão das suspeitas da Polícia Judiciária sobre as alegações feitas ao Benfica no dossiê re-

O Ministério Público investiga o Benfica em três frentes: vouchers, e-mails e alegados resultados comprados

lativo à compra de jogo(s). A investigação ao clube já terá alguns meses e diversas pessoas terão sido ouvidas entretanto pelas autoridades judiciárias. De momento, há um jogo suspenso de ter sido viciado e que foi noticiado pelo "Correio da Manhã" a 29 de dezembro de 2017, o Rio Ave-Benfica da época 2015-16. Segundo o "CM", quatro jogadores do clube vilaviezes teriam sido abordados por empresários ligados ao

clube da Luz para perderem o jogo diante dos encarnados. Desse quatro futebolistas, um é o guarda-redes Cássio e o outro é o central Marcelo, ambos visados, por outro lado, no processo de apostas ilegais "Jogo Duplo" numa partida contra o Feirense, em 2016-17.

A defesa encarnada

Durante este período, o Benfica tem feito a sua defesa pública de diferentes formas [ver págs. 6-7]. Relativamente aos vouchers, os encarnados alegaram sempre tratar-se de uma mera prenda de cortesia oferecida aos árbitros, negando que estes pudessem configurar qualquer tentativa de alijamento aos jantares de partida. Sobre os e-mails, os encarnados começaram por dizer que eram falsos, admitindo, depois, a veracidade de alguns, mas por norma basearam o seu contra-ataque na forma ilegal como a correspondência eletrónica que o FCP andava a divulgar fora obtida. Todavia, houve um instante em que Luís Filipe Vieira perdeu a aparente fleuma com que o Benfica tem vindo a encarar o caso. "Em relação aos e-mails, desculpem falar à português, tanta m... e zero. Não temos

medo de ninguém, nunca compramos um filho da p... de um resultado", afirmou numa AG do clube, em finais de setembro último. Dois meses depois surgiu a notícia da alegada compra de um resultado no "Correio da Manhã". A informação, posteriormente reproduzida e alimentada em vários meios de comunicação, foi amplamente rebatida pelo departamento de comunicação encarnado. "Dos quatro jogadores (Cássio, Roderick, Marcelo e Nadjack, os mesmos suspeitos do Feirense-Rio Ave, segundo o "CM") que dizem que o Benfica teria eventualmente tentado subornar, veio-se a saber que um nem estava em Portugal, jogava no estrangeiro, e outro nem atuou na partida. Quanto aos outros, o guarda-redes Cássio e o defesa-central Marcelo, basta consultar toda a comunicação social para se constatar que até foram dos melhores em campo", disse o diretor de comunicação do Benfica, Luís Bernardo, à BTV, em resposta à notícia avançada pelo Expresso no sábado passado — a junção dos três processos não só, porque a PJ põe a hipótese de haver um plano benfiquista para controlar o futebol.

pmcandeias@expresso.imprensa.pt

PS questiona atuação do MP

Presidente e líder parlamentar do PS ficam "perplexos" pelo "absurdo" das investigações a Mário Centeno

E, no fim, nada. Mário Centeno foi notícia durante cinco dias por estar a ser investigado sobre alegados benefícios fiscais que teria dado a filhos de Luís Filipe Vieira em troca de bilhetes para um jogo de futebol. Houve buscas nas Finanças, manchetes sobre possíveis demissões, perguntas em Bruxelas, mas ao quinto dia de inquérito foi arquivado por inexistência de crime. "A perplexidade que o PS sentiu foi mais ou menos a que trespassou o país todo, pelo absurdo e desproporcionalidade do caso", desabafa ao Expresso o presidente e líder parlamentar do PS.

Carlos César recusa especular sobre segundas intenções na genése deste processo. "Porque não tenho a certeza sobre a que nível essa investigação ou diligência foi feita", justifica-se. Mas deixa também uma convicção. "Acredito que o arquivamento correspondeu a uma tomada de consciência ao mais alto nível do Ministério Público do controlo do que esse processo estava mergulhado".

Ou seja, o líder parlamentar dos socialistas admite que pode ter estado em causa mais uma questão de excesso de zelo por parte de alguns elementos do MP do que propriamente da cúpula judicial. "É a interpretação que faço", diz, recusando que este processo possa ter surgido como retaliação pela possível não-recondução da procuradora-geral da República para um novo mandato. "Não me parece que isso tenha fundamento", defende.

Ao longo da semana foram várias as vozes socialistas que comentaram com um misto de indignação e incredulidade a investigação sobre a possível ligação entre as isenções fiscais atribuídas pela Câmara de Lisboa a um prédio reabilitado por filhos de Vieira e o pedido de bilhetes de Mário Centeno para assistir na Tribuna de Honra do Estádio da Luz a um Benfica-FC Porto.

O antigo governante socialista Vítor Ramalho, por exemplo, defendeu na RTP que este caso judicial "é um ridículo grave", que nos "transporta para fronteiras perigosas, na fronteira do inverosímil". "É preciso um debate sereno e com respeito sobre o poder do Ministério Público", apelou.

O ex-ministro João Cravinho também antecipou logo no início da semana que as suspeitas sobre Centeno não eram críveis e que o país estava a entrar num "regime de paranoia, em que deixam de se investigar casos de milhões e milhões" para ir depois "com um escopo especial apanhar uma agulha num palheiro". "É preciso ter sentido da eficácia da atuação do MP", argumentou.

Isabel Moreira e João Galambra foram dos vários deputados socialistas que também se indignaram nas redes sociais contra o que consideraram ser "uma campanha contra Centeno" e "uma investigação" patética e desproporcionada" do MP contra o ministro.

ADRIANO NORRE
abnobre@expresso.imprensa.pt

'Operação Fizz': alcunhas e justificações

Paulo Blanco defendeu em tribunal que não houve nada de ilegal no arquivamento dos processos a Manuel Vicente

Durante quatro dias, o advogado do Estado angolano e arguido no processo 'Operação Fizz' fez repetidas afirmações, garantias e desmentidos no julgamento em que Manuel Vicente, ex-vice-presidente de Angola e presidente da Sonangol à data dos factos, é acusado de corromper o procurador Orlando Figueira. Apesar de ter sido advogado de Manuel Vicente na investigação à compra de um apartamento de luxo no Estoril, Paulo Blanco garantiu repetidamente que nunca falou com o ex-vice-presidente de Angola, que não solicitou nada de ilegal ao procurador Orlando Figueira e que apresentou prova dos rendimentos de Manuel Vicente, assim como o registo criminal. "Não conheço pessoalmente Manuel Vicente. Só conheço o engenheiro Armando Pires [amigo de longa data de Manuel Vicente] e não solicitei nada a Orlando Figueira que não fosse no exercício da minha profissão de advogado", referiu Paulo Blanco insistentemente ao juiz. "Não conheço Armando Pires a 29, ou talvez a 28 de novembro de 2011. E, quanto às decisões do ex-procurador Orlando Figueira em arquivar inquéritos que envolviam Manuel Vicen-

te, Blanco fez questão de sublinhar nos quatro dias em que falou em tribunal que a decisão foi validada pela então diretora do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), Cândida Almeida, assim como pela procuradora-adjunta, Teresa Sanchez.

O julgamento do caso 'Operação Fizz' está a ser feito sem a presença de Manuel Vicente (pediu a separação de processos para ser julgado em Angola). O ex-vice-presidente de Angola é acusado de ter corrompido Orlando Figueira com o pagamento de €760 mil para que dois inquéritos, um deles o caso da Portmill, empresa por onde passou o pagamento de vários apartamentos de luxo no Estoril, incluindo o de Manuel Vicente, fossem arquivados.

Paulo Blanco, que ainda é advogado do Estado angolano, justificou em julgamento insistentemente que "não houve qualquer acordo para arquivamento dos inquéritos" e que apenas foi mandatado para representar Manuel Vicente porque Angola considerou que "o assunto assumiu proporções de Estado", já que Manuel Vicente era então vice-presidente de Eduardo dos Santos. Fez questão de sublinhar que "Manuel Vicente não foi beneficiado" e que até decidiu vender os bens que tinha em Portugal para evitar "chatices". E, daí, explica Paulo Blanco, foi constituída uma sociedade, a Edimo (do então de Manuel Vicente), que



Paulo Blanco é acusado de ter intermediado a corrupção do magistrado Orlando Figueira. FOTO MÁRIO CRUZ/LUSA

acabou por ficar com o apartamento do Estoril Sol e a participação que Manuel Vicente tinha no BIC (4,6% ou 4,9%), porque "algumas almas" aconselharam Manuel Vicente a vender a posição, já que fazia parte dos órgãos sociais do BCP (onde a Sonangol tinha cerca de 17%) e podia haver alguma incompatibilidade. Quer a participação no BIC que estava na Edimo quer o apartamento acabaram por ser vendidos ao agora também arguido Armando Pires.

Mas Paulo Blanco surpreendeu o tribunal quando quis esclarecer os apontamentos que Orlando Figueira tinha na sua agenda e que faziam alusão a alcunhas como "Ricky Martin", "Loira" e "Meia Branca". "Ricky

Martin" é o procurador Ricardo Matos, a "Loira" é a advogada Ana Bruno, e o "Meia Branca" é o procurador Rosário Teixeira." Nos apontamentos lia-se: "Álvaro Sobrinho está envolvido com a 'Loira' e com 'Ricky Martin' num processo de lavagem do 'Meia Branca'." Alfredo Costa, que preside ao coletivo de juizes no julgamento, chamou Orlando Figueira para que este explicasse por que razão não identificara as alcunhas deixadas nas suas notas. "Você está aqui a responder por crimes gravíssimos e fez disto um segredo dos deuses... Estas situações em tribunal não abonam a favor de quem as produz."

ISABEL VICENTE
ivicente@expresso.imprensa.pt

Retificação

"Esta afirmação é duplamente falsa; nem o referido arguido fez tal afirmação, segundo os relatos fidedignos a que tive acesso, nem a mesma tem qualquer fundamento." É assim que o advogado Daniel Proença de Carvalho desmente, numa declaração enviada por escrito ao Expresso, que tenha sido "intermediário do acordo" que teria levado Orlando Figueira a sair da magistratura para um emprego em Angola. "Logo que um jornal publicou essa insinuação a propósito da contestação de outro arguido, disse que não tive interferência, nem sequer conhecimento, das circunstâncias em que o ex-procurador Orlando Figueira saiu do MP e foi contratado por uma empresa angolana, nem do seu percurso profissional posterior".

Orlando Figueira envolveu o nome de Proença de Carvalho na 'Operação Fizz', declarando que foi ele o advogado que tratou da rescisão do seu contrato de trabalho com uma empresa angolana alegadamente ligada a Carlos Silva (administrador do BCP). A este propósito, Proença de Carvalho diz: "Apenas conheci esse senhor em maio de 2015, três anos depois de ele sair do MP, altura em que ele me procurou, nas circunstâncias que relatei ao tribunal, com todo o rigor, caso seja dispensado, como espero, do dever do segredo profissional. Igualmente é falso e fantasioso que tenha celebrado o que ele qualificar 'acordo de cavalheiros'."